

CRISE ENERGÉTICA NO BRASIL

Contribuição do
Sinergia CUT
ao debate

2ª Edição Atualizada

ELABORAÇÃO

SINERGIA **CUT**

Sindicato dos Energéticos de São Paulo

APOIO

Apresentação

A crise de energia elétrica foi oficialmente decretada no dia 15 de maio de 2001, quando o governo FHC anunciou a Medida Provisória nº 2147, que criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia e publicou o Decreto nº 3818, que dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no país. Ou seja, impôs para a sociedade, um racionamento de energia de 20% para os consumidores residenciais. A versão atual da Medida Provisória que está em vigor é a de número 2198-5, de 24/08/2001.

Porém, essa crise há muito tempo vinha sendo anunciada por especialistas, técnicos e trabalhadores do setor desde que o governo iniciou alterações no modelo energético brasileiro. No início da década de 90, ainda no governo Collor, o Congresso aprovou a Lei de Desestatização, iniciando-se assim o processo de privatização no país. Em 1995, o presidente FHC alterou a Lei de Concessões, criou a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e deu prosseguimento ao processo de privatização iniciado.

Ao mesmo tempo em que o governador Mário Covas, tendo Geraldo Alckmin à frente do Programa Estadual de Desestatização (PED), executava no estado de São Paulo o mesmo projeto de desmonte do estado orquestrado por FHC.

Foram inúmeras audiências públicas, seminários e debates organizados por lideranças partidárias, sindicalistas, técnicos e acadêmicos, visando alertar para as graves consequências desse novo modelo desenhado para o setor elétrico. Muitos foram chamados de corporativos, neo-bobos, caipiras e jurássicos.

O governo desprezou todos os avisos que foram feitos ao logo desses anos e negou-se a discutir com a sociedade um modelo para o setor elétrico. Preferiu contratar a peso de ouro uma consultoria inglesa, a Coopers&Lybrand, que vendeu para Brasil o modelo inglês, predominantemente térmico.

Agora, lamentavelmente, com o sacrifício de toda a sociedade, estamos comprovando quem estava com a razão. Passados cinco meses do início do racionamento imposto pelo governo para as regiões Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do país, verificamos um enorme esforço por parte da grande maioria da sociedade no sentido de racionar energia, atendendo ao apelo do governo. Porém, o Nordeste não conseguiu atingir a meta imposta de 20% e o Plano B foi acionado naquela região, com a implementação de feriados às segundas-feiras, causando com isso, prejuízos ainda maiores para a sociedade já sofrida com o racionamento.

O Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) anunciado pelo governo previa inicialmente 49 usinas mas apenas 15 tiveram algum tipo de andamento, das quais 13 por iniciativa da Petrobras (empresa estatal), apesar de o plano prever que o investidor terá financiamento do BNDES para comprar equipamentos, garantia de compra da energia produzida e garantia de receita constante em dólares, já que a Petrobras arcará com o risco cambial.

O governo festeja os resultados obtidos com o racionamento até o momento. Os níveis dos reservatórios estão subindo timidamente, como era de se esperar com a chegada do período das chuvas, principalmente na região Sudeste, não ocorrendo o mesmo na região Centroeste e Nordeste. Porém, o racionamento deverá continuar pois os reservatórios foram drasticamente esvaziados no decorrer dos últimos anos por conta do crescimento do consumo energia sem a ampliação da sua oferta.

Como se não bastasse, o governo já anuncia um aumento das tarifas de energia ainda este ano, para compensar os prejuízos causados pelo racionamento às concessionárias de energia que tiveram queda em suas receitas. Há setores do governo que defendem, inclusive, a sua dolarização.

Por lei, o governo é obrigado a recompor o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão. No caso do racionamento, as concessionárias poderão ganhar de diversas maneiras. Pelo Anexo V dos contratos de concessão, as geradoras deverão ressarcir parte do corte de energia contratada pelas distribuidoras ao preço do Mercado Atacadista de Energia (MAE) que, por conta da crise, está com seus preços elevadíssimos. Por outro lado, a Medida Provisória do racionamento admite que parte dos recursos decorrentes das sobretarifas cobradas daqueles que não cumpriram as metas do racionamento, seja destinada a garantir o equilíbrio econômico das concessionárias. As concessionárias distribuidoras poderão ainda vender a energia excedente, que não foi consumida por conta do racionamento, no MAE.

Fica aqui a pergunta: foram somente as concessionárias de energia que tiveram prejuízos com o racionamento? E a indústria, o comércio a economia informal e aqueles que perderam seus empregos por conta da crise de energia também serão ressarcidos?

O neoliberalismo prega a redução da participação do Estado pois é o mercado que vai resolver todos os problemas. Mas, no Brasil, quando o desenrolar dos fatos não atende aos interesses dos investidores, esse mesmo Estado é chamado para socorrer as empresas. É o capitalismo sem risco.

O racionamento de energia deixou evidente a falência do modelo energético brasileiro, desenhado pelo governo FHC e baseado no modelo liberalizante de mercado competitivo. Os grupos que controlam as empresas geradoras e distribuidoras de energia privatizadas, com o dinheiro das tarifas, distribuem dividendos aos seus acionistas, exportam dinheiro para o exterior a títulos diversos, ampliam seus negócios em outros setores e não expandem o setor aumentando a oferta de energia.

Mesmo diante do complicado quadro em que vivemos com a escassez de energia, com provas concretas da falência desse modelo energético e com o contexto internacional reflexo dos ataques terroristas aos EUA, o governo FHC dá prosseguimento ao seu processo de privatização, marcando o leilão de privatização da Copel, empresa estatal paranaense e da CELG, de Goiás, ainda para o mês de novembro.

Também em São Paulo, a partir 1º de novembro, ocorreu a incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia (EPTE) pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), o que deverá trazer consequências irreparáveis no futuro próximo com a redução de mais de 2000 postos de trabalho.

A CESP, empresa energética do estado de São Paulo, deverá ser o próximo alvo se não conseguirmos barrar essa política nefasta de FHC e Geraldo Alckmin. É a privatização a qualquer preço.

O movimento sindical não ficou parado diante da crise. A CUT, juntamente com o SINERGIA CUT, demonstrou agilidade em suas ações, apresentou propostas, mobilizou os trabalhadores e denunciou o governo como o único culpado pela crise de energia. Articulou um fórum com outras centrais sindicais, FIESP e representantes do comércio de São Paulo para discutir saídas para a crise, agendou audiência com o ministro Pedro Parente para expor suas preocupações e cobrar

soluções do governo que não punissem ainda mais a classe trabalhadora. Foram diversas manifestações em todos os estados brasileiros. A maior delas foi a marcha a Brasília “Uma Luz para o Brasil – Contra o Apagão e a Corrupção” que reuniu aproximadamente 50 mil pessoas.

O SINERGIA CUT participou de dezenas de debates e entrevistas visando esclarecer a sociedade sobre as verdadeiras causas e consequências da crise de energia para a sociedade brasileira. Visando proteger os trabalhadores do setor elétrico, conseguiu liminares no estado de São Paulo que impedem as distribuidoras de energia de promoverem cortes daqueles que não atingiram a meta de racionamento, enquanto não garantirem total segurança para esses trabalhadores exercerem suas funções. Muitos consumidores expressam sua revolta pelo racionamento no trabalhador que irá executar o corte. É o Direito de Recusa sendo exercido pelo trabalhador energético.

Alguns resultados já podem ser verificados como fruto da mobilização e pressão da sociedade. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou no último dia 09/10, a exclusão do Programa Nacional de Desestatização (PND) da Chesf (Hidrelétrica do São Francisco) e da Usina Hidrelétrica do Tucuruí. Apesar disso, o governo ainda mantém no PND a privatização de todas as demais empresas do setor elétrico. O leilão da COPEL que estava marcado para ocorrer no último dia 31 de outubro, foi transferido para novembro e corre o risco de não acontecer devido às diversas liminares que já foram concedidas e por falta de compradores. O momento é delicado pois o capital internacional, principal investidor no setor, está atento aos desdobramentos dos ataques iniciados pelos EUA ao Afeganistão, à crise argentina e à desvalorização do real.

Porém, ainda temos muito o que fazer pois essa crise é longa e suas consequências para a economia brasileira certamente gerarão mais recessão e desemprego. Precisamos barrar todo o processo de privatização e exigir um amplo debate com a sociedade sobre o modelo energético brasileiro.

Não devemos nos esquecer que a política energética é um importante instrumento de políticas públicas e que, portanto, o Estado deve ter capacidade de administrar, estabelecer regras, ser eficiente tanto para gerir suas próprias empresas como para fiscalizar as concessionárias privadas.

Este Caderno é uma contribuição do SINERGIA CUT (Sindicato dos Energéticos de São Paulo) ao debate. Procura apresentar de forma didática as principais questões que envolvem a crise de energia, bem como suas verdadeiras causas e consequências.

É um material de domínio público desde que citada a fonte. Para aqueles que desejarem aprofundar o tema basta consultar o site www.sinergiaspcut.org.br.

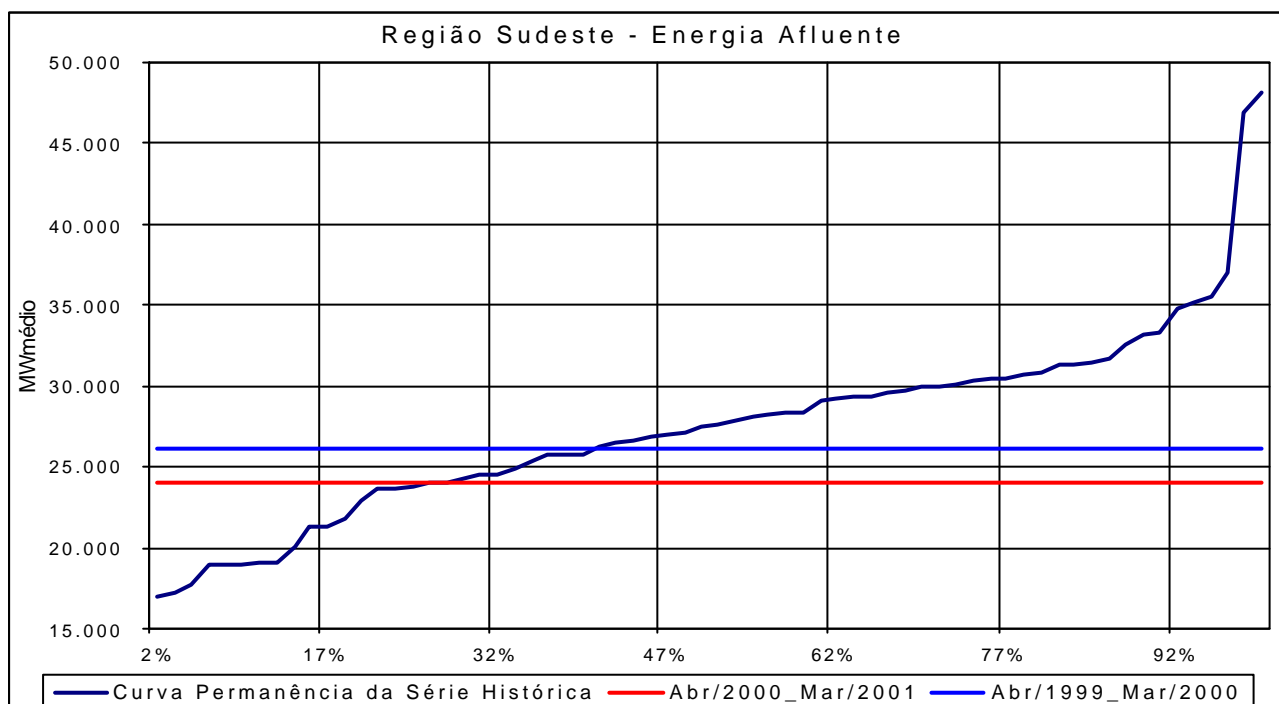
POUPE ENERGIA, MAS NÃO POUPE FHC

As Causas da Crise de Energia no Brasil - São Pedro é quem leva a culpa

Diante de tantos Pedros participando do governo FHC (Pedro Malan e Pedro Parente), o coitado do São Pedro é quem está levando a culpa pela atual crise de energia por não fazer chover o suficiente e no lugar certo para encher os reservatórios de água.

O problema não está na falta de chuva como demonstra o gráfico abaixo. A quantidade de chuvas registrada nos últimos anos não apresenta nenhum comportamento anormal e os reservatórios foram projetados para acumular água por até cinco anos.

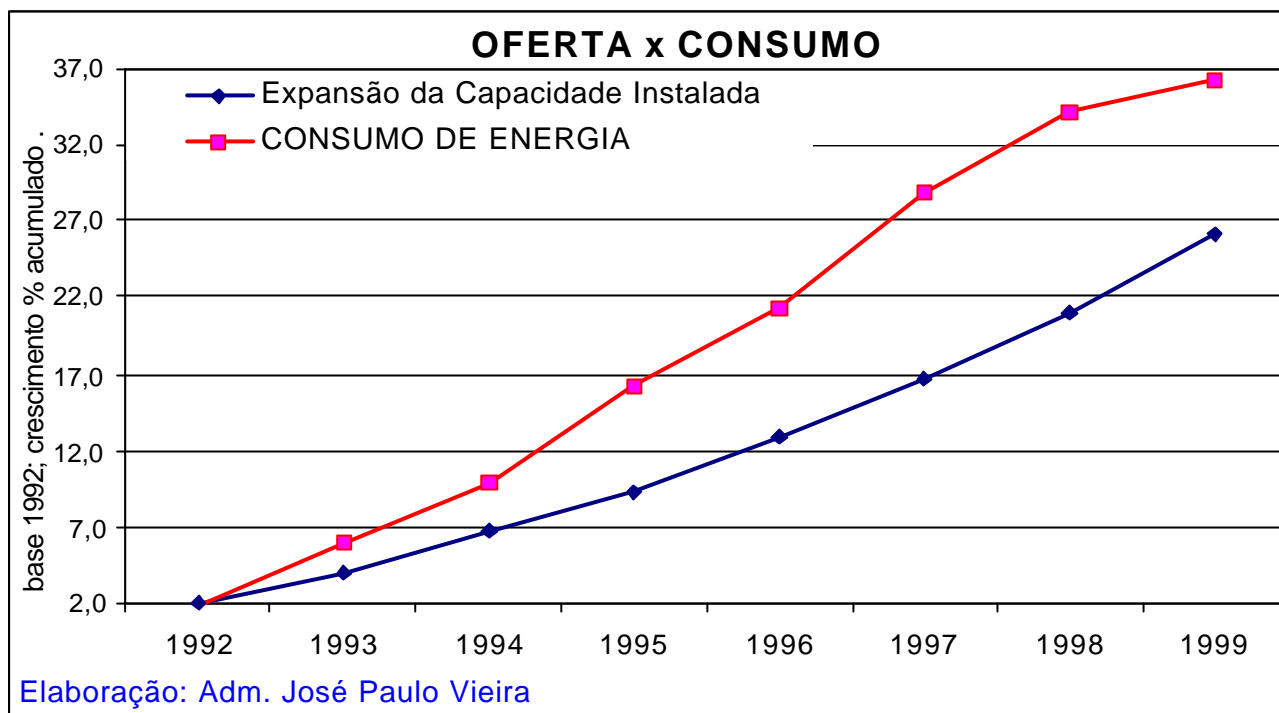
Há 17 anos com afluências inferiores ao atual (Afluências - são as chuvas que chegam nos reservatórios)



Há uma descontinuidade com relação aos dados de 1997 e 1998 porque foram desmontados os grupos setoriais (GCOI) e o ONS foi constituído apenas em 1998 (lei 9.648/98 e Decreto 2.655/98). o ONS teve seu funcionamento autorizado pela Aneel, com a Resolução 351/98, e assumiu o controle da operação do SIN em 1º de março de 1999.

Então, qual é a causa da Crise de Energia no Brasil?

Desde 1994, as usinas usaram mais água para gerar energia do que receberam de chuvas. De 1991 a 2001, o consumo de eletricidade cresceu 4,1% e a capacidade de produção 3,3%, em média, ao ano. A defasagem entre o crescimento da oferta e da demanda é superior a 10% nessa década. As usinas, visando atender à demanda e obter maiores lucros, usaram a água dos reservatórios, não respeitando os níveis de segurança estabelecidos para compensar os períodos de estiagem.

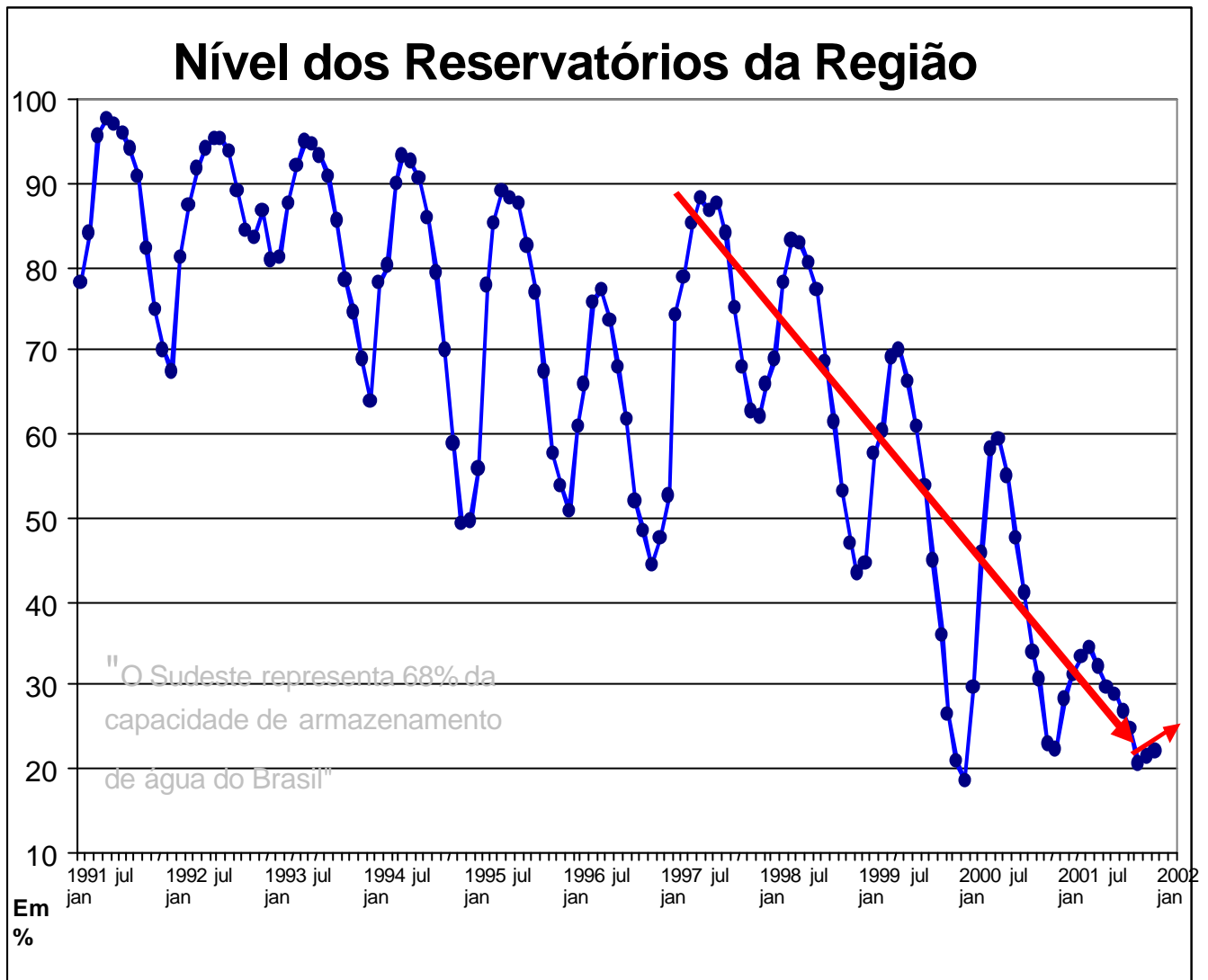


Fonte: ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A e SIESE – Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica. Elaborado por: Adm. José Paulo Vieira

O nosso sistema elétrico é predominantemente hidráulico. 90% da energia gerada no Brasil é proveniente da água armazenada nos reservatórios das usinas. Foi planejado para armazenar água suficiente para suportar períodos de chuvas abaixo da média e consumo de energia acima da média por períodos superiores a cinco anos. Ocorre que, com o aumento da demanda, a água armazenada foi sendo usada e não houve expansão na oferta de energia. Usamos, portanto, a reserva estratégica dos reservatórios.

No período de abril a novembro, chove bastante na região Sul e muito pouco nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. É quando vivemos o período de estiagem. Para dar conta dessa variação climática, típica do nosso país dada sua dimensão geográfica, o setor elétrico brasileiro foi projetado para tirar o maior proveito dessa situação, através do chamado Sistema Interligado que planejava a interligação das diversas regiões geográficas do país, garantindo o abastecimento de energia elétrica mesmo para aquelas regiões que se encontravam em período de estiagem. A energia é levada de uma região para outra através das linhas de transmissão espalhadas por todo o Brasil.

A cada início do período de estiagem os reservatórios devem estar com seus níveis de água, no mínimo, em torno de 60% para não colocar em risco o sistema, pois há uma queda de 30% a 40% nos reservatórios para alimentar as usinas até a volta do período das chuvas. Observamos no próximo gráfico que, na região Sudeste, desde janeiro de 1996 os níveis dos reservatórios, em plena época de chuvas, já apresentavam níveis preocupantes.

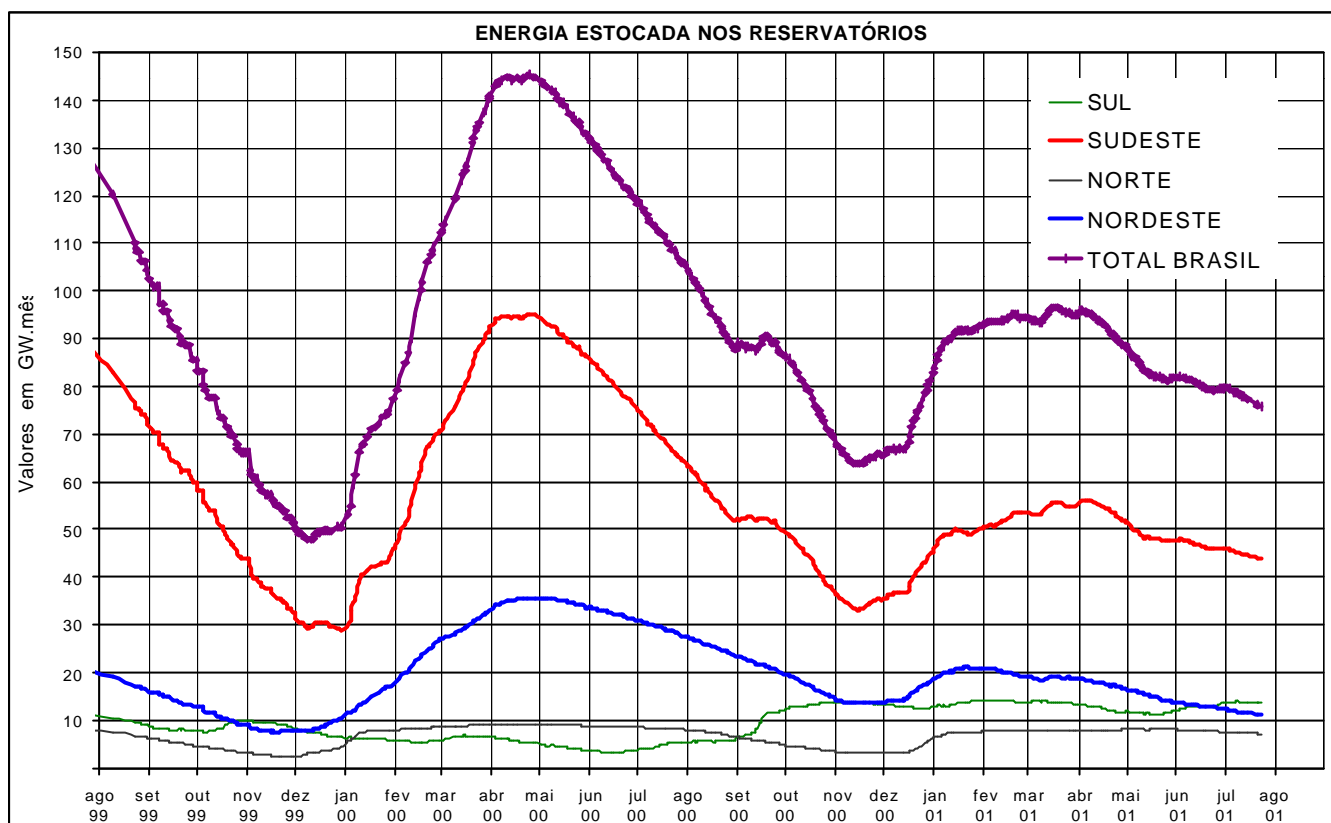


Fonte: ABRAGE – Associação Brasileira das Geradoras de Energia e ONS – Operador Nacional do Sistema

Mesmo que chova muito no período de novembro a abril próximo, dificilmente os níveis dos reservatórios retornarão aos níveis de segurança de 40% e, menos ainda, para os níveis desejados de 60% a 70% para o início de um novo período de estiagem. Para isso acontecer, ou teremos um grande dilúvio, ou o país entrará numa recessão profunda que promoverá uma queda drástica no consumo de energia, ou ainda teremos um tarifaço, (um grande reajuste tarifário) que obrigatoriamente levará a população a reduzir seu consumo. Somente assim teremos os níveis dos reservatórios das usinas estabilizados, pois elas não necessitarão gerar tanta energia uma vez que a demanda diminuirá.

Os reflexos do racionamento na economia também serão graves. Segundo o economista Fernando Barros, da Fundação Getúlio Vargas, calcula-se que, se o racionamento durar seis meses, mais de um milhão de pessoas ficarão sem emprego. O PIB, por conta da crise de energia, sofrerá uma redução de um a dois pontos percentuais, com projeções de fechar o ano de 2001 em 2,8% contra a projeção inicial de 4,5%.

Portanto, a crise de energia é longa e, se não houver redução drástica no consumo, o sistema elétrico entrará em colapso.



FONTE: ONS – Operador Nacional do Sistema

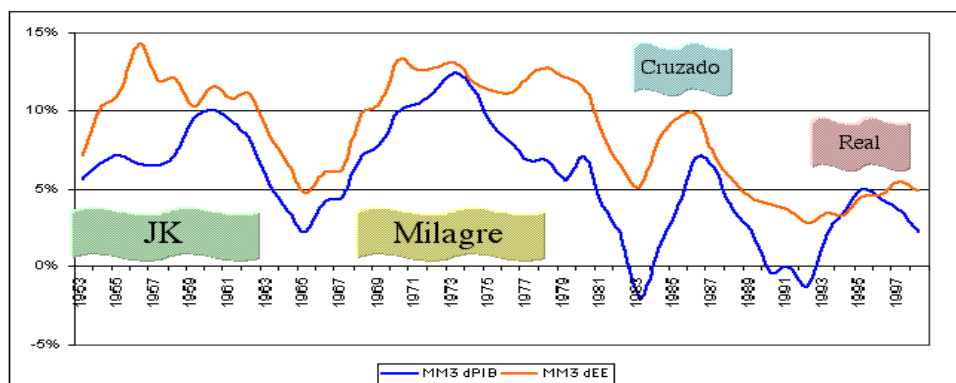
A culpa é do governo

O sistema elétrico brasileiro foi planejado num horizonte de cinco a vinte anos e coordenado pela Eletrobrás até 1989, quando o governo de FHC, visando a privatização do setor, promoveu demissões em massa e, conseqüentemente, perdeu seu potencial técnico (100.000 trabalhadores foram demitidos somente no governo de FHC), desmembrou empresas visando promover a concorrência, reajustou as tarifas acima da inflação visando tornar as empresas atrativas para a venda e desviou recursos do setor para pagar outras contas e cumprir acordos com o FMI em detrimento de investimentos no setor.

Acabou com o planejamento energético, privatizou a coordenação da operação através da criação do ONS (Operador Nacional do Sistema) e criou o Mercado Atacadista de Energia (MAE), uma espécie de bolsa de valores onde quem tem energia pode vendê-la pelo melhor preço. Estas são algumas das principais características do novo modelo energético criado por FHC.

Não houve investimentos em novas usinas por decisão do governo, que preferiu emprestar dinheiro do BNDES para grupos estrangeiros comprarem as já existentes sem exigir desses compradores a expansão, no curto prazo, da sua capacidade instalada, ou seja, sem ampliar a oferta de energia para o país.

PIB e ENERGIA ELÉTRICA
Médias Móveis 3 anos - Tx Crescimento



O Plano Prioritário de Termelétricas (PPT) anunciado pelo governo previa inicialmente 49 usinas mas apenas 15 tiveram algum tipo de andamento, das quais 13 por iniciativa da Petrobras (empresa estatal), apesar de o plano prever que o investidor terá financiamento do BNDES para comprar equipamentos, garantia de compra da energia produzida e garantia de receita constante em dólares, já que a Petrobras arcará com o risco cambial.

A crise é consequência do modelo liberalizante de mercado competitivo imposto pelo governo, seguindo o receituário do FMI e do Banco Mundial. Utilizando os argumentos de fim do monopólio, maior competitividade, eficiência, produtividade e descentralização, FHC preferiu adotar o processo de privatização das empresas sem ter definido antes regras claras para o setor. Quem comprou não investiu porque não foi obrigado a fazer isso e porque preferiu aguardar para vender energia cara no MAE na época da escassez, ou seja, especulação de espera.

O FMI, quando empresta dinheiro para um país, impõe ao seu governo cortes para conseguir superávit em suas contas, portanto, se uma empresa estatal como Furnas, Cemig, Copel, Chesf e CESP, por exemplo, aumentare seus gastos investindo em geração, aumentará os gastos do governo porque, em função do acordo com o FMI, os investimentos feitos por essas empresas, mesmo que com recursos próprios e com retorno garantido, são contabilizados como despesas.

Para atingir as metas do FMI, o governo cortou gastos de todas as áreas e impediu que estatais fizessem investimentos que viessem a comprometer ou reduzir os resultados fiscais. Furnas, por exemplo, a maior empresa brasileira do setor, com financiamento próprio, poderia construir uma nova linha de transmissão entre o Sul e o Sudeste. Porém, o governo FHC proibiu Furnas de realizar tal investimento.

O acordo com o FMI impediu que as empresas estatais federais realizassem investimentos da ordem de R\$17,6 bilhões desde outubro de 1998. Nesse período, o governo economizou R\$75,249 bilhões para cumprir as metas fiscais com o FMI sendo que desse montante, 23% eram originários do setor elétrico federal.

Privatização e Tarifas – quem lucra com o novo modelo

O primeiro setor a receber autorização do governo para promover aumento tarifário foi o da distribuição pois, para privatizar, era necessário deixá-lo atrativo para o capital privado. As tarifas foram reajustadas pelo IGP-M de acordo com a data de aniversário de sua privatização.

Tarifas Médias Calculadas pela ANEEL

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001* (Jan./Fev.)	Variação* 2001/1995 (%)
Residencial	76,26	106,63	119,80	126,19	139,19	158,84	171,93	125,45
Industrial	43,59	50,45	54,61	56,54	63,08	71,09	74,19	70,20
Comercial	85,44	99,62	107,99	11,60	121,62	136,84	144,96	69,66
Rural	55,19	62,21	67,27	69,25	75,47	85,34	90,74	64,41
Poder Público	84,07	98,34	106,10	109,77	119,5	136,09	141,91	68,79
Iluminação Pública	51,59	60,31	65,31	68,53	75,49	85,81	90,47	75,36
Serviço Público	50,45	57,47	62,65	64,99	70,57	79,51	83,59	65,69
Consumo Próprio	69,59	65,92	69,50	70,76	85,83	80,17	75,64	8,69
Tarifa Média Total	59,58	74,47	82,17	86,59	95,95	108,53	116,87	96,16
Obs.: Valores Nominais em R\$/mWh .Instituto de Eletrotécnica e Energia. Av. Prof. Luciano Gualberto, 1289, CEP 055508-900. Seminário "O Colapso Energético no Brasil e Alternativas Futuras". * Atualizado pela assessoria do PT em maio/2001.								

Entre a média de 1995 e fevereiro de 2001, as tarifas residenciais aumentaram 81,2% acima do IPC-FIPE (Índice de Preço ao Consumidor), com reajustes maiores para aqueles que consomem menos energia.

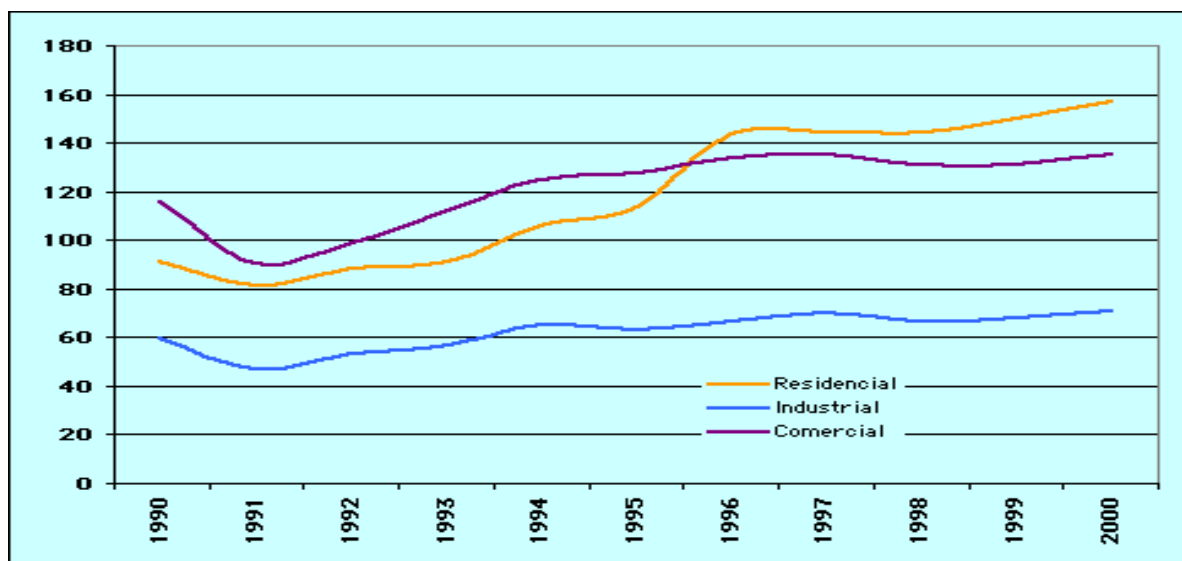
Nossa energia elétrica deveria ser barata, pois sabemos que a energia gerada pela força dos rios requer água e gravidade. Quanto mais água se consegue armazenar acima do nível do mar, mais energia se consegue produzir. O Brasil é muito rico nessas duas qualidade gratuitas da natureza. Mas não é isso que constatamos. As nossas tarifas são as mais altas do mundo.

Se o atual modelo para o setor elétrico não for alterado, a situação das tarifas tende a se agravar. Os controles tarifários serão definitivamente eliminados. Hoje já existem dois preços de energia: o da energia "velha", que é aquela gerada pelas usinas que já existiam antes das alterações do modelo, e o da energia "nova", que é aquela gerada pelas novas usinas. Essa energia "nova", que ainda não foi contratada, pode ser vendida no MAE e os preços da energia "velha" serão totalmente liberados a partir de 2003.

A tendência é que, a partir de 2003, as tarifas de energia dobrarão de valor e passarão a ter preços semelhantes aos da energia gerada pelas termelétricas, cujo custo de produção é mais que o dobro das usinas hidrelétricas.

Esse será o segundo grande impacto tarifário que o consumidor terá que absorver sem, com isso, ter energia garantida, pois a partir de 2003 as geradoras estarão participando do mercado como produtores independentes, isto é, deixarão de ter o compromisso de garantir energia para as distribuidoras, pois estarão vendendo energia através do MAE para quem pagar mais. Através do gráfico constatamos que o peso maior dos reajustes tarifários ficou para o consumidor residencial e comercial.

Evolução da Tarifa nos Últimos 10 Anos



(fonte: ILUMINA)

O Brasil apostou no modelo liberalizante, de mercado competitivo, que atraiu capital privado somente interessado em se apropriar dos ativos já em operação e amortizados, ou seja, em comprar as usinas e empresas já construídas e em funcionamento, com os investimentos amortizados e extremamente lucrativas. Não tiveram que se responsabilizar por fazer novos investimentos e ampliações que a demanda exigia, encontrando um setor totalmente desregulamentado e sem regras claras e definidas.

Todo processo de privatização está sob suspeita de tráfico de influências, manipulação de informações, subavaliações patrimoniais, contratações de consultorias questionadas juridicamente, enfim, sob total falta de transparência que levantam suspeitas de prevaricação.

A privatização do setor elétrico gerou novos problemas como o desabastecimento, pois não garantiu a expansão dos sistemas e provocou a queda da qualidade dos serviços prestados. Não existem mecanismos eficientes de fiscalização e controle da explosão dos preços das tarifas. A privatização ainda gerou riquezas para outros países com a desnacionalização de nossas empresas, o que permitiu a remessa de lucros dos grupos estrangeiros que as adquiriram para seus países de origem. Provocou mais desemprego e aumentou a exclusão social já tão brutal em nosso país.

Qual é a solução para atual Crise de Energia?

O governo divulgou o Plano B que determina feriados às segundas-feiras. O Nordeste por não sido atingida a meta de 20% de racionamento, já tem o feriado implementado desde outubro último, sofrendo, com isso, prejuízos ainda maiores.

Preocupado com a queda de sua popularidade nas pesquisas, FHC posterga o anúncio das medidas e tenta passar para a população que a crise está sob controle. O anúncio do Plano B vem confirmar as posições já anunciadas por especialistas, técnicos e trabalhadores do setor quanto à gravidade dessa crise. Apesar da grande adesão por parte da população ao racionamento, o Brasil entrará em colapso energético caso outras medidas não sejam imediatamente implementadas.

O nível dos reservatórios não será recuperado a curto prazo e, portanto, a crise será longa e não até novembro de 2001 como tenta nos convencer FHC. Dentre as medidas que deveriam ser

implementadas está, por exemplo, o aumento da meta de economia das indústrias eletrointensivas (as maiores consumidoras de energia no Brasil), liberação de linhas de financiamento e implementação de projetos de co-geração.

Em se tratando de energia elétrica, qualquer investimento na expansão do sistema requer altos investimentos e seus resultados repercutem de forma lenta. Com a base hidráulica, esses investimentos demoram mais de uma década para serem concretizados. Por ter um retorno tão demorado, a tendência mundial é que esses investimentos sejam realizados pela União.

O Brasil, pela suas características e diversidades políticas, econômicas e de alternativas energéticas (hidráulica, térmica, eólica, bagaço de cana, etc) tem condições de combinar capital privado com estatal, como ocorre em outros países, conforme demonstra a tabela abaixo:

PREDOMINANTEMENTE PÚBLICA	MISTA	PREDOMINANTEMENTE PRIVADA
Austrália	Áustria	Austrália (Vitória)
Canadá	Bélgica (distribuição)	Bélgica (geração e transmissão)
França	Dinamarca	Espanha
Grécia	Alemanha	Japão
Irlanda	Suécia	Inglaterra
Itália	EEUU	
Noruega	Finlândia	
Suíça (distribuição)	Suíça (geração e transmissão)	
Portugal		
Nova Zelândia		
Turquia		

(fonte: ILUMINA)

A curto prazo é possível buscar outras opções como a co-geração (geração simultânea de eletricidade e vapor no âmbito da indústria e comércio), auto-produtor (pessoa física ou jurídica autorizada a gerar energia elétrica para seu próprio consumo), produtor independente de energia (pessoa jurídica autorizada a comercializar parte ou toda a energia elétrica produzida por sua conta e risco) e as PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

As térmicas também são soluções de curto e médio prazo. A construção de uma usina térmica é de aproximadamente dois anos. Porém, é necessário que seja equacionado o problema do custo do gás importado em dólar da Bolívia com as tarifas praticadas em reais.

É fundamental que seja respeitada a legislação ambiental e que a decisão por sua implantação seja debatida de forma transparente com a sociedade, que deve conhecer profundamente seus impactos sócio-ambientais, principalmente no que diz respeito ao grande consumo de água limpa que se perde na atmosfera em forma de vapor e que não retorna mais para os rios, além dos problemas atmosféricos que causam as usinas térmicas.

Se faz urgente um programa sério de conservação de energia, com campanhas educativas, disponibilizando tecnologia para a produção de novos equipamentos com menor consumo de energia e incentivando a remodelação de plantas industriais comprometidas com a redução no consumo.

O novo modelo para o setor elétrico deveria contemplar a participação privada na expansão sem se desfazer dos ativos já amortizados (usinas já existentes) e conter mecanismos de controle social independentes dos poderes econômicos e abertos à sociedade.

O governo FHC já demonstrou incompetência para administrar o sistema elétrico antes da crise, e certamente não terá competência agora para gerir uma crise de imensas proporções como essa. Recusa a participação de qualquer seguimento da sociedade (indústria, comércio, prefeitura, centrais sindicais, etc.) na discussão de soluções para a crise. Portanto, é fundamental que a sociedade seja mobilizada para exigir a sua participação na definição de um novo modelo energético para o Brasil.

Propostas do SINERGIA CUT para superar a crise de energia

1. Trabalhador, Empresa e Sociedade – Qualidade no Atendimento

Exigir das Empresas:

- Esclarecimentos quanto aos números por elas apresentados referentes ao impacto do racionamento em suas receitas;
- Fim das horas-extras, com ampliação das equipes de trabalho com quadro próprio;
- Abertura imediata dos postos de atendimento com quadro próprio de trabalhadores;
- Implementação de programas internos de treinamento voltados para a crise de energia, visando preservar a saúde, segurança e condições de trabalho;
- Redimensionamento de equipes e da jornada de trabalho;
- Direito de recusa – Exigir cumprimento de liminar que garante o Direito de Recusa aos trabalhadores eletricitários do estado de São Paulo em realizarem os cortes aos consumidores que não atingiram a meta de 20% imposta pelo racionamento.

Articular - Com a CSPE (Comissão de Serviços Públicos de Energia) e CMSPE (Conselhos Municipais de Serviço Público de Energia) a fiscalização das condições de saúde e de segurança do trabalhador eletricitário;

2. Preservação e Ampliação do Emprego e Planejamento do Consumo

Exigir do Governo:

- Programas de conservação de energia, de racionalização do consumo, de fontes alternativas de energia, etc. visando a geração de novos postos de trabalho;
- Programas de conservação ou criação de fontes alternativas de geração de energia, voltados para a economia informal ou pequenas empresas (por exemplo: para a costureira, a cozinheira, a passadeira, o pescador, o açougueiro, o armazém, a sorveteria, etc.);
- Financiamentos dirigidos aos setores não intensivos em energia e geradores de emprego (por exemplo: agricultura familiar, habitação popular, etc.);
- Transparência e democratização do acesso da sociedade ao Procel (Programa de Conservação de Energia Elétrica) e seus recursos;
- Programa eficaz de conservação de energia e linhas de financiamento para o

desenvolvimento de tecnologias para a produção de equipamentos e eletrodomésticos com menor consumo de energia;

- Acesso facilitado a programas federais de incentivos e isenções fiscais voltados a financiar projetos emergenciais de geração de energia para estabelecimentos públicos de serviços essenciais (hospitais, escolas, segurança pública, abastecimento de água, etc.).

3. Privatização e Modelo Energético

Exigir do Governo:

- Suspensão imediata do processo de privatização;
- Debate amplo e transparente com a sociedade sobre o modelo energético e sua regulamentação;
- Revisão imediata dos contratos de concessão das empresas de energia elétrica visando a ampliação da oferta de energia;
- Buscar investimentos privados visando a geração de novos megawatts sem privatizar o patrimônio já construído;
- Buscar investimentos privados na modernização das atuais geradoras visando a ampliação da oferta;
- Abertura de programas de investimentos públicos para a ampliação da capacidade de geração, privilegiando as usinas já existentes, Pequenas Centrais Hidrelétricas, termelétricas, energia solar, eólica e de co-geração;
- Construção de pequenas unidades termelétricas, com tecnologia nacional, que causam menor impacto ambiental;
- Energia sob Controle Social - A energia tem que estar sob o controle público e ter independência política e econômica. Ela não deve ser vista como geradora de lucro, via mercado. Seu retorno se dá com o aumento do PIB, geração de impostos, crescimento econômico, geração de emprego, etc.

4. Institucional

- Articular com outros atores sociais (partidos políticos, centrais sindicais, FIESP, Congresso, ALESP, etc) o debate sobre as alternativas ao racionamento e o modelo de desenvolvimento que queremos, pressionando o governo a adotar medidas de interesse social.

Propostas da CUT para superar a crise de energia

- 1) Estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, enquanto durar o racionamento. Para tanto, reivindicamos que o governo envie ao Congresso Nacional projeto de lei, em caráter de urgência urgentíssima, com o intuito de assegurar a estabilidade;
- 2) Redução mínima de 10% da jornada semanal de trabalho, sem redução de salários, para todos os trabalhadores do comércio, indústria, serviços e funcionalismo público;
- 3) Proibição de horas extraordinárias de trabalho salvo em situações emergenciais que devem ser apreciadas pelas entidades de classe (patronais e dos trabalhadores);
- 4) Suspensão do funcionamento do comércio aos domingos, sem comprometimento do emprego e dos salários;
- 5) Revogação imediata das sobretaxas;
- 6) Suspensão definitiva das privatizações no setor elétrico;
- 7) Congelamento das tarifas de energia durante o racionamento;
- 8) Revisão das privatizações e concessões das empresas que não cumprirem metas de investimentos;
- 9) Suspensão imediata do Mercado Atacadista de Energia com o objetivo de impedir que a crise do setor elétrico se transforme em instrumento de especulação financeira, penalizando os consumidores e favorecendo as empresas elétricas;
- 10) A Eletrobrás deve retomar na plenitude seu papel de investidora, coordenadora do planejamento setorial e financiadora no setor elétrico;
- 11) Eliminar todas as restrições legais e fiscais que impedem a expansão dos investimentos e a captação do recursos pelas empresas do setor energético ainda estatais que, hoje, podem investir na ampliação da capacidade de geração e transmissão de energia;
- 12) A ANEEL deve dar transparência à sociedade sobre margens de lucros, remessas de divisas ao exterior e a situação de cumprimento das metas de investimentos das empresas privadas do setor elétrico;
- 13) Restabelecer o ordenamento e coordenação do setor elétrico, hoje caótico, envolvendo a ANEEL, o ONS, o MAE, a Eletrobrás, as empresas estatais federais e estaduais, as concessionárias privadas, os produtores independentes, o CNPE e o Ministério das Minas e Energias, de modo a reconstruir um sistema integrado de planejamento, compatível com as características do setor elétrico brasileiro e com as demandas de curto, médio e longo prazos de energia para o desenvolvimento nacional;
- 14) Reservar um papel estratégico à energia "velha", produzida pelas empresas estatais (federais e estaduais), já amortizadas pela sociedade brasileira;
- 15) Revisão dos programas federais de incentivos e isenções fiscais, orientando-os a financiar programa público emergencial de geração de energia para os estabelecimentos de serviços essenciais (hospitais, escolas, segurança, etc);
- 16) Revisão da carteira de empréstimos do BNDES:
 - a) suspensão definitiva dos programas de apoio às privatizações (energia e saneamento);
 - b) orientar o crédito de médio e longo prazos aos setores não intensivos em energia e geradores de empregos (agricultura familiar, habitação popular, saneamento, etc).
 - c) financiar programa de investimentos públicos para a ampliação da capacidade de geração de energia, privilegiando a produção das usinas já existentes, pequenas centrais hidrelétricas, termoelétricas, energia solar, eólica e de co-geração;
- 17) Estabelecer mecanismos eficazes de participação e controle pela sociedade para discutir medidas efetivas de superação da crise de energia, inclusive sobre políticas de conservação de energia;
- 18) Promover o incentivo ao desenvolvimento tecnológico na área de energia elétrica, através do fortalecimento do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL;
- 19) Promover uma revisão global dos instrumentos de política industrial, de modo a incentivar a produção de bens e equipamentos destinados a infraestrutura do setor elétrico.

Expediente: Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo – SINERGIA CUT. Endereço: Rua Dr. Quirino, 1511- Campinas/SP - CEP 13015-082. Fone (19) 3236 6900. *Coordenação* Grupo de Trabalho: Privatização, Crise Energética e Racionamento. *Elaboração:* Departamento de Formação. *Edição:* Departamento de Imprensa. 2ª Edição Atualizada. Novembro/2001. Tiragem 2000 exemplares. Autorizada a publicação desde que citada a fonte.
www.sinergiaspcut.org.br / **E-mail:** formacao@sinergiaspcut.org.br